

COMPETITIVIDADE: Um novo padrão de desenvolvimento regional¹

Dinizar Fermiano Becker²

PRELIMINARES

Este texto, originariamente, era para ser uma resenha do Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), pesquisa coordenada pelos professores COUTINHO, L. (UNICAMP) e FERRAZ, J.C. (UFRJ), cuja publicação apresenta uma radiografia da realidade industrial brasileira recente e, ao mesmo tempo, sugere proposições para a formulação de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento competitivo da indústria nacional.

Trata-se de pesquisa abrangente (estudou 50% do PIB industrial brasileiro), de grande profundidade analítica (porque transdisciplinar) e riquíssima nos seus resultados. Ao longo da leitura dessa complexa obra, nos damos conta da oportunidade das novas brechas que esse trabalho oferecia para avançarmos novas e velhas questões que ultimamente nos preocupam.

Exatamente por ser um trabalho abrangente, transdisciplinar e profundo, e pelos subsídios novos que trouxe, decidimos passar de resenha a artigo, retomando, assim, temas e problemas que já abordamos anteriormente.

Nos três últimos textos publicados, de nossa autoria, a análise esteve voltada para questões relacionadas ao processo de desenvolvimento contemporâneo. No primeiro texto³, o aspecto que orientou as discussões foi

¹Agradecemos a leitura atenta e as críticas feitas a versões anteriores deste texto pelos professores Marco Vargas, Rejane Alievi, Sabino P. Júnior e Vera Carvalho, os quais eximo de quaisquer deslizes e/ou falhas que por ventura permaneçam na atual redação.

²Doutor em Economia pela UNICAMP, professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNISC e da Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari (FACEAT).

³A Economia Política do Vale do Taquari: Uma análise da dinâmica do processo de desenvolvimento regional. *Estudo e Debate*. Lajeado: FATES, v. 1, n. 1, 1994.

a dificuldade presente e crescente de o Vale do Taquari galgar a patamares tecnológicos ditados, nos dias atuais, pela dinâmica do capital financeiro. Já no segundo texto⁴, o veio da análise centrou-se na questão da participação no processo decisório do desenvolvimento e nos seus frutos, destacando as dificuldades crescentes para que essa participação torne-se uma realidade, mas, ao mesmo tempo, apontando alternativas para que se torne uma possibilidade concreta e inovadora. Finalmente, no terceiro texto⁵, nossa preocupação esteve dirigida para as contradições atuais do processo de desenvolvimento, que se define por duas tendências básicas: uma de globalização econômica (financeiro-produtiva, mercado), outra de regionalização social (sócio-político-cultural). Tendências que pressupõem a descentralização política.

CRISE DAS TRANSFORMAÇÕES

Há um processo geral e atual de transformações, que, para deleite de uns (consultores) e desespero de outros (empreendedores), recheia de novos termos (Kanban, Just-in-Time, JIT, Just-in-Case, JIC, CEP, Kaisen, CCQ, TQC, GSM, GEP, GT's)⁶ o cotidiano dos negócios. São palavras e siglas que indicam inovações (novas tecnologias) no processo de trabalho e na organização do processo de trabalho, bem como no processo de produção e na organização do processo de produção.

Ao mesmo tempo, essas inovações organizacionais só se tornaram realidade pelos avanços tecnológicos que culminaram na automação crescente das indústrias, para não dizer de todos os aspectos da vida atual.

Decorre daí um novo glossário de palavras e siglas (CNC/MFCN/CEP/CAE/ CAD/ CAM/ CLP/CIM) que designam as transformações no chão de fábrica no que diz respeito a layout, design, desenvolvimento de produtos e desenvolvimento de processos industriais.

⁴ Desenvolvimento participante-criativo: Uma primeira aproximação exploratória do tema. Lajeado, FATES, 1995. Texto Discussão nº 007.

⁵ Desenvolvimento Contemporâneo: Processo de globalização e/ou fragmentação? Estudo e Debate. Lajeado, FATES, v. 2, n. 1, 1995.

⁶ Quem quiser entender todas essas siglas, tarefa não muito fácil, consultar: COUTINHO e FERRAZ, 1994.; ANTUNES, 1995.; CORIAT, 1994.; TORRES Jr., 1994.; HARVEY, 1993.; LOJKINE, 1995.; CANO, 1994.; LEITE, 1994.; MATTOZO, 1994 e 1995 e mais nota de rodapé n. 14 na p. 8 deste texto.

Nessas condições, as transformações adquirem uma velocidade extraordinária e complexidade tal que confundem até os mais experientes estudiosos da realidade. Diante das evidências de rompimento do paradigma, cada intelectual parece ficar à vontade para ver e perceber de forma diferente o processo de transformações dos nossos dias. Alguns exemplos, para termos a dimensão da confusão: primeiro, LOJKINE afirma que estamos a caminho da "sociedade informacional"; segundo, BELL diz que chegaremos à sociedade "pós-industrial"; terceiro, TOURAINE está convencido de que se avizinha a "sociedade programada"; quarto, HABERMAS coadjuvado pelos filósofos de FRANKFURT deixam entender a "sociedade comunicacional"; quinto, LYOTARD já é mais direto, afirmando que a sociedade que se desenha é a "pós-moderna"; sexto, já BAUDRILLARD, MAFFESOLI e MORIN conceituam a sociedade contemporânea como uma sociedade tribal (tribalizada); sétimo, outros não menos importantes, como DRUCKER acreditam que a sociedade que nos aguarda, logo ali, é a "sociedade do conhecimento"; oitavo, alguns nacionais também arriscam, como IANNI, que vê logo ali a "sociedade global", ou, como REIS VELLOSO que conceitua a sociedade atual como a "sociedade de inovações". Diante do caos teórico⁷ estabelecido, ECO reage agrupando os intelectuais em "apocalípticos" e "integrados". BOAVENTURA SANTOS não fica atrás e autointitula-se um intelectual "inquietante" para poder taxar a posição de seus adversários de reconfortante. TOURAINE, por sua vez, separa os intelectuais em "economistas" e "culturalistas". LOJKINE coloca, de um lado, os "deterministas" e, de outro, os "indeterministas". Outros, mais ideológicos do que teóricos, não deixam por menos e taxam os que são favoráveis, os que defendem o processo, de "otimistas" (LLOSA) e os que estão contra, os que criticam as transformações, de "pessimistas" (ENZENSBERGER)⁸.

⁷ A confusão é tanta que até hipóteses malucas do fim da história, como a de FUKUYAMA, ganham notoriedade e uma legião de seguidores. Uma visão sensata sobre o tema encontra-se no debate organizado por LEFORT, Bernard. *Sobre o fim da história*. Petrópolis, Vozes, 1994. Especialmente a parte II, O fim da história. p. 51-96.

⁸ "O exercício do pensamento na época da pós-modernidade realiza-se no âmbito do modelo sistêmico-sincrônico-estrutural-funcional, da arqueologia do saber, da microfísica do poder, da revolução molecular, da sociedade imaginária, de um eu espantando o outro, da morte do sujeito, do fim da história" (IANNI, 1993: 180).

⁹ Para ilustrar ainda mais a confusão, basta observar que o que CONCEIÇÃO TAVARES chama de "Capitalismo organizado", LASH e URRY chamam de "Capitalismo desorganizado" e CICOLELLA chama de "Capitalismo histórico". Parece uma Torre de Babel "pós-moderna".

APARÊNCIA

Difícil no meio desse emaranhado é achar uma luz para orientar a análise, ainda mais que os formuladores das políticas de desenvolvimento, essa alto de sua sabedoria, pregam aos quatro ventos a necessidade de desregulação, desregulamentação, desburocratização, desconcentração, descentralização, desestatização, desnacionalização, desproteção, entre outros tantos des... poderíamos relacionar, pois fazem parte do vocabulário hegemônico de nossos dias.

Esse "donos" do poder bradam alguns verbos com tamanha insistência que até os menos providos de inteligência ouvem e desconfiam. Privatizar, abrir, expor, concorrer, competir, integrar, qualificar, cooperar, participar, modernizar, reformar, flexibilizar fazem parte de uma verbosagem que se transformou em palavras de ordem contra uma construção antiga e atrasada; segundo os ideólogos hegemônicos de plantão. Por isso é preciso desorganizar, destruir, desintegrar, desestruturar, enfim, acabar com as barreiras à adequação, à adaptação, para não dizer submissão pura e simples, ao processo geral de globalização.

PROCESSO

Sem dúvida, existe uma construção sócio-econômico-política em nosso país. Concordamos todos que se precisa de uma desconstrução para se chegar à reconstrução baseada em novas condições sociais, econômicas e políticas.

As precondições para a reconstrução passam por três esferas diferentes: primeira, uma imposição do processo geral de transformações conformes pelo processo de globalização econômica (produtiva, financeira, mercado) que se define no conceito de competitividade, em uma direção dada pelo processo econômico liderado pelos grandes conglomerados mundializados, que acaba se transformando em objetivo de nações, regiões, organizações e instituições.

Segunda, uma brecha, uma possibilidade que, na verdade, é o outro lado da competitividade, e é o que lhe dá organicidade, e que denominamos de

¹⁰ Observem bem, não estamos falando em destruição, em desorganização, em desintegração. Estamos falando, ao contrário, em desconstrução do igual e reconstrução do diferente. O pressuposto são sujeitos sociais ativos nos termos propostos por TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. Ver 3ª parte, pág. 211 a 370.

sustentabilidade. Sustentabilidade como reconhecimento das diversidades ambientais e culturais que se transformam em vantagens ou trunfos dos diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como articular a autonomia decorrente da diversidade com a unidade da sociedade nacional e/ou global (BECKER, 1993, p. 137). Sustentabilidade compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região, nação tem, pelas suas diferenças culturais e ambientais, de inserir-se no processo geral potencializando seus recursos.

Terceira, uma novidade que, na verdade, se transformou numa necessidade do próprio processo de transformações: a flexibilidade. Flexibilidade que se desdobra em participação, parcerias, redes, cadeias, consórcios, alianças, integração, mercados comuns, entre outros. Flexibilidade que passou a aproximar organizações, instituições, regiões e nações para tratar de determinados fins de interesse comum.

Competitividade, sustentabilidade e flexibilidade conformam três campos distintos e separados, mas complementares, que fundamentam e dão dinâmica ao processo de desenvolvimento contemporâneo.

DIREÇÃO

Embora seja uma direção difícil, porque dividida e disputada, exigindo um esforço de coordenação crescente dos países desenvolvidos, principalmente do grupo dos 7 grandes (G 7)¹¹, o processo de desenvolvimento capitalista não deixa de ter uma direção. Uma direção diferente do imediato pós-guerra quando os Estados Unidos da América assumiram o comando da nau capitalista. Uma direção econômica, político-militar e cultural, não deixando dúvida de sua hegemonia.

Para exercer essa direção, um conjunto de organizações e instituições internacionais foram criadas. As formas de poder global passaram/passam pela Organização das Nações Unidas (ONU), poderosas organizações guardiãs do sistema monetário internacional como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Outras instituições internacionais atuam na área econômica: Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco para Liquidações Internacionais (BIS) entre

¹¹ G 7 = Itália, Japão, Alemanha, EUA, Inglaterra, França e Canadá.

muitas outras como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O poder se distribui ainda setorialmente; dois exemplos: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS)¹².

O Conselho de Segurança da ONU é o melhor exemplo de como e por quem o poder é exercido. O poder de veto Americano e Soviético não deixa dúvidas a esse respeito.

Nos dias atuais, a direção do processo, além de ser cooperada, negociada entre os grandes, é constantemente testada e negada pelo descontrole crescente do sistema financeiro mundial. O risco de desestabilização espreita a todo o instante o sistema mundial, pois é inegável o poder emergente dos grandes grupos, conglomerados econômicos mundializados. Seu poder é crescente e muito maior do que muitas nações por esse mundo afora. Esses grupos, mais os países desenvolvidos (G7) é que definem e difundem um novo padrão de desenvolvimento regional, que alguns insistem em chamar de "modelo Japonês".

OBJETIVO

Muitas perguntas, no entanto, ficam no ar: será que o que pregam os ideólogos de plantão vai piorar, ou melhorar, a já desmilingüida qualidade de vida do povo brasileiro? Por que o uso agora tão intensivo do prefixo "des", se foram eles mesmos que construíram os monstros que agora querem destruir? Quais são realmente os interesses que estão por trás dessa onda "modernizadora"? Quem ganhará e quem perderá com as atuais transformações?

Outras tantas questões poderiam e deveriam ser formuladas, pois precisamos urgentemente de muitas respostas. O objetivo deste texto é contribuir para a compreensão do processo atual de transformações, construindo uma interpretação crítica. Iniciamos nessa tarefa discutindo primeiro, e neste texto, a competitividade dos dias atuais.

Por conformarem campos distintos (competitividade, sustentabilidade, flexibilidade) e corresponderem a esferas distintas e separadas da vida moderna (econômica, social, política) e, mais, por resultarem de processos distintos (globalização econômica, regionalização social, descentralização política), é que podemos estudá-las, organizá-las separadamente.

¹² Quem quiser aprofundar essa temática consultar: IANNI, 1994 p. 125-156.

Na discussão que ora introduzimos, nossa análise centrar-se-á no tema competitividade. Ficarão para próximos textos a discussão da sustentabilidade e da flexibilidade. Isso quer dizer que, neste texto, priorizaremos os aspectos econômicos do processo de desenvolvimento contemporâneo. Os aspectos sócio-culturais contidos nas alternativas de sustentabilidade e os aspectos político-institucionais compreendidos nas mais diversas formas de flexibilidade ficarão para uma próxima análise.

TESE

Neste texto, como nos anteriores, uma tese tem servido de orientadora da análise do processo de desenvolvimento atual.

Por um lado, existe um movimento geral de globalização, que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando os demais aspectos da vida humana com o meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados mundiais e é liderado pelos países do primeiro mundo, principalmente Japão, Alemanha e EUA. Esse conjunto de países e de conglomerados econômicos dão uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetivam em padrões de competitividade para o mundo, deixando evidente de quem é a hegemonia no processo de desenvolvimento contemporâneo, o que conforma um processo de igualização econômico-organizacional.

Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sócio-cultural que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais; e, segundo, pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas se caracterizam pela resistência, pela defesa, conformando estratégias defensivas. Num segundo momento, poderá ou não ocorrer, dependendo da experiência e da tradição de cada espaço em ações cooperadas, a adoção de ações ativas e cooperadas que poderão configurar estratégias competitivas baseadas nos recursos ambientais (naturais) e culturais de cada espaço (localidade, municipalidade, região, nação, outros). É a contra-hegemonia passiva, negativa, defensiva, ou ativa, positiva, ofensiva, o que dá forma e conteúdo a um processo de diferenciação sócio-cultural.

Temos os dois lados da moeda, globalização econômico-organizacional e regionalização sócio-cultural, ligando cara e coroa, e mediando globalização (igualização) e regionalização (diferenciação) está o processo de flexibilização. É uma espécie de processo de descentralização político-institucional de todos

e em todos os espaços empresariais, sindicais, organizacionais, institucionais, estatais, locais, regionais, nacionais, que recoloca a possibilidade da diferença; portanto, admite a existência de múltiplos sujeitos, dessa forma admite também alteridade e, assim, enquanto tendência, abre a possibilidade à participação dos diferentes, a parceria de diferentes, a regulação entre diferentes e a integração dos diferentes¹³.

Por enquanto, esse fenômeno é limitado. Mas, enquanto tendência, não devemos subestimá-lo. Trata-se, na verdade, de se pensar a nossa realidade, a partir de agora, (e quem sabe: imaginar nesse futuro) através do diferencial (GOLDMAN, 1994. p. 29).

Em síntese, a tese orientadora da pesquisa, é que existe uma ação hegemônica (processo de globalização econômico-organizacional, processo de igualização), que abre a possibilidade para a reação, a contra-hegemonia (processo de regionalização sócio-cultural, processo de diferenciação), as quais necessitam de mediação (processo de descentralização política, processo de flexibilização).

Nos termos analíticos propostos por POLANYI (1980), existe um movimento que prima pelo econômico; ao mesmo tempo, configura-se um contra-movimento, que por excelência é social, dos quais resulta a necessidade de mediação, que é política, que tem por pressupostos a diferença e conforma-se através da flexibilidade.

INSTRUMENTAL

Percebemos o processo de desenvolvimento competitivo não mais como (e aqui parafraseando BOBBIO, 1995. p. 38, 39, 69 e 70) a busca de espaço entre dois opostos (econômico x social, ou como nos tempos de guerra fria, capitalismo x comunismo), quando cada localidade, região, país que privilegiasse ou um ou outro não eliminava o conflito, mas contribuía para que os opostos de distanciassem, impedindo que se tocassem e que entrassem em choque, ou impediam a alternativa seca, ou capitalismo ou consumismo, possibilitando um terceiro caminho.

Ocorre o contrário com o desenvolvimento contemporâneo, pois este tende a ir além dos dois opostos (globalização x regionalização, economia x

¹³Recuperar as diferenças significa retomar, repor a criatividade humana no seu sentido mais lúdico de respeito à totalidade do indivíduo enquanto sujeito do processo de desenvolvimento.

social, competitividade x sustentabilidade) e a "englobá-los numa síntese superior (descentralização, política, flexibilidade), e portanto, anulando-os enquanto tais: dito de outro modo, ao invés de duas totalidades (de dois processos) que se excluem reciprocamente e não são, como frente e verso da medalha, visíveis simultaneamente, faz deles duas partes de um todo, de uma totalidade dialética".

Esta forma de perceber o processo de desenvolvimento "se distingue tanto da totalidade mecânica, na qual o todo deriva da combinação de partes componíveis, e componíveis porque compatíveis, quando da totalidade orgânica, na qual as partes singulares estão em junção do todo, e, portanto, não são antitéticas entre si, mas convergentes para o centro".

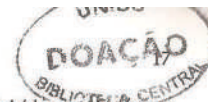
O desenvolvimento contemporâneo vai além dessas concepções: caracteriza-se por ser resultado da síntese dos processos de globalização econômica (competitividade), é a tese, a afirmação, a direção econômica; a regionalização social (sustentabilidade) é a antítese, a reação social; a descentralização política (flexibilidade) é a síntese, a negação da negação, a mediação política.

É a possibilidade da existência enquanto resultado, de um processo de desenvolvimento regional, próprio e específico de cada localidade, região, país e outros espaços.

ABRASILEIRANDO AS INOVAÇÕES

Desde os tempos das inovações organizacionais no processo de trabalho e no processo de produção implantadas nas fábricas de HENRY FORD, empresários brasileiros copiam e adaptam as inovações de uma forma própria, tupiniquim. Enquanto FORD, portador de uma visão de sociedade mais aberta e uma visão de economia mais ampla, tinha como pressuposto que seus operários deveriam também ser consumidores dos automóveis produzidos por eles, abrindo, dessa forma, caminhos para produção em massa, empresários brasileiros, portadores de uma visão fechada e corporativa, apropriaram-se das inovações fordianas para melhorar única e exclusivamente sua rentabilidade, deixando seus operários de fora, sem participação nos frutos das inovações.

Agora, como dantes, a história parece se repetir. Conseguem, segundo os mais críticos, "taylorizar o just-in-time", conforme constata LEITE (1994), enquanto as novas tecnologias organizacionais pressupõem a crescente desierarquização, descentralização, desconcentração, desverticalização,



desdepartamentalização, desespecialização, desparcelização do trabalho e da produção e compreendem os processos de horizontalização, comunicação, qualificação, cooperação, participação como elementos fundamentais para elevar a produtividade do trabalho e assegurar qualidade ao produto. O que se observa, na realidade, é "o caráter parcial e reativo dessa estratégia", como detecta LEITE (1994) em diversos estudos. O que leva COUTINHO e FERRAZ (1994) a rotularem as formas limitadas de introdução de inovações de "estratégias defensivas", porque restritas à modernização conservadora das relações internas das empresas.

Nesse contexto, aparece o uso das novas técnicas de produção, como os círculos de controle de qualidade (CCQs), novos equipamentos de base microeletrônica: controles numéricos programáveis (CNPs), máquina ferramenta controle numérico computadorizado (MFCNC), controladores lógico-programáveis (CLPs), robôs. Mudanças que vieram acompanhadas por inovações de produto e de processo: sistemas CAD/CAM/CAE/CIM¹⁴, just-in-time, celularização da produção, organização de famílias de componentes (tecnologia de grupo), sistemas de qualidade total (exemplo CEP - Controle Estatístico da Produção) esbarram na "herança das estruturas hierárquicas de gestão avessas à participação dos trabalhadores" (COUTINHO e FERRAZ, 1984: 183).

Esses limites são decorrentes da resistência dos gerentes das empresas brasileiras em delegar decisões aos operários, o que levou a adaptações/mutações dos CCQs, limitando-os aos quadros de supervisão e de técnicos, deixando de fora os operários de chão de fábrica (HIRATA, 1983). Outras iniciativas empresariais visaram a usar os CCQs como forma de disciplinar a iniciativa operária (SALERMO, 1985). As diversas versões locais das novas tecnologias praticamente não alteram em nada as relações de poder no interior das empresas brasileiras (FLEURY, 1985). Em muitos casos, as novas tecnologias organizacionais serviram muito mais para reestruturar o controle gerencial do que para favorecer a participação dos trabalhadores no processo decisório (LEITE, 1993a).

¹⁴Pela ordem: CAD - Computer Aided Design (Projeto, modelo, desenho por computador), CAM - Computer Aided Manufacturing (produção industrial assistida por computador), CAE - Computer Aided Engineering (Engenharia assistida por computador), CIM - Computer Integrated Manufacturing (Processo de produção integrado por computador), Just-in-Time (justo a tempo, processo de produção ajustado no tempo).

Diversos estudos¹⁵ demonstram, no entanto, que a principal barreira para a introdução das novas tecnologias organizacionais e gerenciais na administração das empresas brasileiras é o autoritarismo reinante no seu interior.

DESAFIOS

Desde já, dois desafios se colocam, para que as novas tecnologias que instrumentalizam o controle moderno do processo de produção, dando maior agilidade e flexibilidade no atendimento da demanda, não se limitem pura e simplesmente à redução do consumo de matéria-prima e de energia, dos estoques, do "lead time" das peças, dos tempos de produção, tempo de preparação das máquinas, do retrabalho, dos defeitos.

Enfim, para que a modernização das formas de organização do processo de trabalho e do processo de produção não se enclausure na redução de custo e que sirva para a expansão da produtividade, e, principalmente, para que se eleve a competitividade das empresas brasileiras, é que precisamos enfrentar esses desafios.

O primeiro desafio é recuperar o sentido e o conteúdo original das novas tecnologias, geradas no interior dos grandes conglomerados japoneses no esforço inovativo japonês do pós-guerra, como reação à ação hegemônica americana na difusão mundial de seu padrão de produção e consumo. Difusão essa que compreendeu a internacionalização das grandes empresas americanas, financiadas pelos abundantes recursos do Plano Marshall, que nos objetivos aparentes se dirigiram para o financiamento da reconstrução e desenvolvimento dos países destruídos pela II Guerra Mundial. Na verdade, esses recursos serviram para a multinacionalização da grande empresa produtiva americana, caminho trilhado logo depois (anos 60) pelos grandes bancos americanos.

Essa orientação econômica assegurada pela direção político-militar dos Estados Unidos da América do Norte destruiu as relações sociais do modelo

¹⁵HUMPHREY, J. 1990a. Perspectivas do sindicalismo no local de trabalho no Brasil e na Inglaterra. In: SOARES, R. (org.). *Gestão da empresa, automação e competitividade*. Brasília, IPEA/IPLAN; TAUILÉ, José R. 1990. Reorganização industrial, bem-estar social e competitividade internacional: perspectivas brasileiras. In: SOARES, R. (org.). *Gestão da empresa, automação e competitividade*. Brasília, IPEA/IPLAN; LEITE, M. 1994. *O futuro do trabalho: Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo, Scritta/FADESP.

japonês baseado nos laços familiares dos clãs, assentados na propriedade fundiária. Por isso e por outras¹⁶ que, muito antes de ser uma prática, o "modelo japonês de trabalho e organização" foi uma necessidade imposta "desde de fora" à sociedade japonesa, que se tornou uma bandeira e, assim, filosofia, só depois se tornando uma tecnologia.

Sem poder econômico, ideológico, político, só restava à elite econômica recorrer a formas alternativas para reaver seu poder. Diante da ameaça e do risco que representava o poderio americano e da necessidade de reconstrução nacional, a bandeira da cooperação, entre os japoneses e as instituições japonesas, legitimou todas as iniciativas empresariais, governamentais, entre outras, para o esforço do desenvolvimento. Com isso, a sociedade japonesa potencializa valores tradicionais, como a cooperação aos asiáticos. Por isso, lá "mudanças da identidade-nós [coletivo] em favor da identidade-eu [indivíduo] é menos pronunciado (...) [no Japão] do que nos países ocidentais, com vantagens expressivas para sua competitividade" (ELIAS, 1994: 147).

No interior das empresas, das organizações econômicas, cooperação significava participação dos operários no processo decisório operacional, assumindo coletivamente responsabilidades sobre a organização do trabalho e da produção no chão de fábrica. As inovações surgem da necessidade de competir. Portanto, tinham como objetivo elevar o grau de competitividade da empresa japonesa e como pressuposto e/ou como necessidade a participação operária. Para que tal participação fosse possível, a cooperação metamorfoseou-se em comunicação, informação, horizontalização, qualificação, celularização, agrupamentos de peças e máquinas, automação, normalização, entre outros¹⁷.

¹⁶Quem quiser saber com detalhes a construção do "modelo japonês de trabalho e organização" deve consultar interessante obra de CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revon, 1994.

¹⁷Não sem muitas escaramuças dos sindicatos. Mas lá, como aqui, as dificuldades dos sindicatos para se comunicar com os quadros das empresas foram crescentes. Conforme demonstra CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/REVAN, 1994/95.

"O sindicalismo de indústria, marcado por uma tradição e uma vontade de enfrentamento aberto com os empregadores e seus representantes, ao conhecer grandes derrotas, teve que aceitar sua transformação em sindicalismo de empresa, ao mesmo tempo em que foi obrigado a passar de práticas de enfrentamento a formas cada vez mais marcadas pelo acordo, e até mesmo pela cooperação com os representantes dos interesses do capital."

Mas cooperação transformou-se, também, em participação nos frutos do desenvolvimento com elevação dos padrões de qualidade de vida dos operários e da população japonesa em geral¹⁸.

Portanto, inovação no interior da empresa deveria ser sempre sinônimo de flexibilização que é igual a participação operária, a qual, por sua vez, é qualificação que implica criatividade. Para se recuperar a capacidade de criação do operário, é preciso desalienar, o que, por si só, é uma pequena mas significativa revolução nas relações de trabalho¹⁹, embora, saibamos todos, a participação, mesmo nas empresas mais avançadas tecnologicamente em termos de organização, reduz-se praticamente às decisões operacionais, é limitada a decisões táticas e limitadíssima a decisões estratégicas, a decisões de políticas de crescimento da empresa no longo prazo.

Já o segundo desafio à modernização das relações do trabalho e de produção no interior da empresa brasileira passa pela desconstrução das velhas formas e conteúdos da construção autoritária no gerenciamento dos negócios. Construção que não é somente bancada pelos níveis intermediários da administração, mas que em muitos casos está localizada na alta direção da empresa, principalmente nas pequenas e médias empresas onde a administração é normalmente familiar. Não são raros os exemplos de grandes empresas familiares onde as relações de poder são as tradicionais.

Para superar esse segundo desafio, segundo muitos, a saída é profissionalizar com qualidade, contratando profissionais comprometidos com a participação operária no processo de decisão e no de crescimento empresarial. Profissionais que tenham como objetivo a competitividade. Portanto, defensores de estratégias ativas, positivas, agressivas, enfim, competitivas, e que tenham no horizonte o crescimento, a expansão e a intensificação dos negócios baseados na participação. Aqui cabe uma pergunta, será que esse tipo de profissional existe no mercado de trabalho brasileiro?

Foi-se o tempo em que desqualificar e despedir era o negócio do Brasil. Hoje, qualificar e estabilizar a mão-de-obra é o negócio do mundo. O poder está sendo usado para isso.

¹⁸Ver a esse respeito CORIAT, 1994, p. 83 e segs.

¹⁹Dessa forma, abre-se a possibilidade para a existência do indivíduo enquanto indivíduo no interior do processo produtivo. No entanto, não fiquemos eufóricos, pois isso não passa de uma possibilidade, nada mais do que uma possibilidade para as condições de cultura autoritária reinante nas organizações brasileiras.

COOPERAÇÃO

No entanto, e é sempre bom lembrar, Programas de Modernização Organizacional (PMOs), ou Programas de Qualidade Total (PQTs) são normalmente programas reativos que primam por iniciativas inovacionais de cunho econômico-empresariais. Visam a melhorar o desempenho e a eficiência da empresa para se adequar, adaptar aos padrões médios externos à empresa. Por isso, são programas que se caracterizam por decisões e ações de defesa. Difícilmente vão muito além de soluções imediatas, internas e específicas para cada empresa.

Dessa forma, transformam-se em programas que se assentam na reação em vez da ação, no negativo em vez do positivo, na ação passiva ao invés da ação agressiva, na atuação corretiva ao invés da atuação ativo-criativo-inovativa, na redução de custos ao invés da expansão do negócio. Enfim, são programas que conformam "estratégias defensivas" ao invés de estratégias competitivas. Por isso, são programas para recuperar a rentabilidade, em alguns casos para tentar salvar a rentabilidade, em vez de serem programas para aumentar a competitividade²⁰.

Como sabemos, as inovações tecnológicas (organizacionais, gerenciais, de base microeletrônica) vêm contaminadas com o gérmen da cooperação; por isso, quer queiram ou não, os agentes só se tornam realmente eficazes se extrapolarem o espaço, o ambiente interno de cada organização e se tiverem por pressuposto a flexibilização. Enquanto em nível de empresa cooperação transforma-se em participação, em nível externo à organização a cooperação metamorfoseia-se em parceria, regulação e integração econômica.

Nessas condições, a cooperação ganha maior dinamicidade e complexidade, ao mesmo tempo que adquire novas dimensões. Primeiro, compreende a reunião, em torno de um mesmo objetivo, de diferentes para construir, em parceria, a diferença, conformando processos de diferenciação da produção e de produtos, elementos fundamentais na construção da competitividade.

Segundo, uma nova dimensão da cooperação compreende a reunião de diferentes, embora semelhantes, para assegurar a permanência da diferença.

²⁰ Prestem atenção, num dia desses, ao conteúdo por detrás do discurso dos consultores quando falam de reestruturação do negócio e dos demais "res". A reestruturação se tornou objetivo em si mesmo, uma fábrica de ganhar dinheiro.

Isso significa alianças de semelhantes para garantir a diferença, compondo processos de normalização e/ou de regulação das relações entre os diferentes, base indispensável para a existência e sobrevivência da competitividade. A série ISO é exemplo dessa nova realidade.

Por último, uma dimensão contemporânea da cooperação compreende a reunião de diferentes próximos para recuperar a diferença. Isso implica alianças de nações vizinhas para reestabelecer ambiente favorável e estável à diferença, dando forma e conteúdo aos processos de integração econômica entre nações e aos macromercados, conformando espaços reservados e diferenciados de construção das diferentes competitividades²¹.

Em resumo, a construção da competitividade, enquanto processo de diferenciação, vai muito além de sua dimensão econômica. Adiciona-se, contemporaneamente, a dimensão social, cultural, política, tecnológica e ambiental.

Além disso, baseia-se, fundamentalmente, na cooperação intra e interfirmas, intra e interorganizações, intra e interlocalidades, intra e interregiões, intra e inter-nações. O elo, a ligação se faz via cooperação, cuja base é a diferença²², a qual por sua vez, pressupõe a flexibilização das relações.

É a diferença, enquanto valor e/ou enquanto objetivo, que possibilita a participação operária; as parcerias entre empreendedores, produtores, trabalhadores, consumidores, pesquisadores, educadores, entre outros; alianças

²¹ Nessas condições, a cooperação toma forma definitiva na conformação do grau de competitividade, pois permite a supressão de níveis hierárquicos, possibilita a desverticalização, enseja a descentralização de responsabilidades operacionais, intensifica a horizontalização das informações e da comunicação, viabiliza maior dinamismo nas respostas às demandas, acelera o desenvolvimento de produtos e processos e reduz as incertezas de iniciativas inovacionais e tecnológicas, porque propicia a regulação das relações econômicas e de mercado.

²² Dessa forma, abre-se a possibilidade para se galgar a um novo patamar nas relações humanas. Passar das relações através das coisas para as relações entre sujeitos do processo. Isso quer dizer que existe a possibilidade de a diferença não ser pura e somente das coisas. Mas de a diferença ser fundamentalmente dos sujeitos. Os sujeitos enquanto sujeitos é que poderão ser diferentes. São exemplos dessa nova realidade as formas e os conteúdos através dos quais os locais e/ou regiões tentam se vender. Hoje, os locais, as regiões se vendem enquanto local, enquanto região: Lajeado/RS se vende através da Expovale; Santa Cruz do Sul se vende através da Oktoberfest. Um evento que reúne num mesmo espaço e momento a produção material e cultural, no caso de Santa Cruz. Não se fazem mais feiras de produtos Penal (Lajeado/RS) ou Fenafumo (Santa Cruz do Sul). Embora alguns municípios e regiões insistam e/ou permaneçam na forma e conteúdo antigo de se vender através das coisas.

entre organizações, instituições, nações; a integração econômica entre nações.

Portanto, a cooperação entre os diferentes que resulta em participação operária, parcerias, alianças e integrações é que dá forma e conteúdo à competitividade.

A diferença, ou melhor, a construção da diferença é aqui entendida num sentido amplo, enquanto processo de diferenciação social, econômica, política, cultural, tecnológica, ambiental; conformadores de singularidade, ou, como quer ELIAS (1994), enquanto processo de "individualização" quantitativo, qualitativo, temporal, espacial e outros²³.

REATIVIDADE

Exatamente, nesse ponto, localiza-se o elo mais fraco do processo econômico brasileiro, conforme demonstram COUTINHO e FERRAZ (1994). Parcerias produtivas, a jusante e a montante, do processo de produção dos grandes grupos nacionais são coisa rara e, quando existem, são parciais e limitadas a algumas operações.

Consórcios tecnológicos, somando esforços em projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento de produtos e/ou de processos entre concorrentes, ou envolvendo empresas, setores, institutos tecnológicos, Universidades, só recentemente tomam forma. Alianças políticas envolvendo trabalhadores,

²³ Trata-se de um processo de individualização que, no grande fluxo do desenvolvimento humano, é inseparável de outros processos, como a crescente diferenciação das funções sociais e o controle cada vez maior das forças naturais não-humanas (...).

No curso desse processo, não só as pessoas se tornam de fato mais diferentes em sua composição, como cada pessoa se conscientiza mais dessa diferença. E, a partir de certo estágio do desenvolvimento social, tais diferenças assumem um valor especial. Com a crescente diferenciação da sociedade e a conseqüente individualização dos indivíduos, esse caráter diferenciado de uma pessoa em relação a todas as demais torna-se algo que ocupa um lugar particularmente elevado na escala social de valores. Nessas sociedades, torna-se um ideal pessoal de jovens e adultos diferir dos semelhantes de um modo ou de outro, distinguir-se - em suma, ser diferente: Quer se aperceba disso ou não, o indivíduo é colocado, nessas sociedades, numa constante luta competitiva, parcialmente tácita e parcialmente explícita, em que é de suma importância para seu orgulho e respeito próprio que ele possa dizer a si mesmo: "Esta é a qualidade, posse, realização ou dom pelo qual difiro das pessoas que encontro a meu redor, aquilo que me distingue delas." Não é mais que outro aspecto dessa composição e situação humanas o que se expressa no fato de, em certa medida, o indivíduo buscar sentido e realização em algo que apenas ele faz ou é" (ELIAS, 1994: 117-8). Portanto, não confundir diferenças com desigualdades.

empreendedores e governantes em torno de temas e problemas comuns são, por enquanto, iniciativas setoriais. A integração compreendida no espaço do Mercosul não passa de um limitado livre comércio, não compreendendo nenhum esforço tecnológico conjunto. A participação operária esbarra no autoritarismo reinante no interior das empresas.

Se em nível empresarial as inovações se reduzem a estratégias defensivas, em nível sócio-político as estratégias destrutivas das condições de reprodução da economia nacional são as que predominam, tudo em nome da "modernização conservadora", como muito bem rotulou CONCEIÇÃO TAVARES (1993).

Trata-se de uma reação destruidora das condições econômicas de reprodução, mas, principalmente, uma reação destruidora das condições sociais e políticas de reprodução da sociedade brasileira. Primeiro destrói-se o Estado, depois a infra-estrutura social e logo a seguir a infra-estrutura econômica.

Em vez de desconstruir e reconstruir as condições favoráveis à reprodução da sociedade, destrói-se o pouco que restava da saúde, educação, habitação, emprego, pesquisa, tecnologia, financiamento e de muitos outros que poderíamos arrolar, pois a lista é imensa.

Pois é, destruímos em vez de construirmos, só que a destruição não é de todas as condições e nem para todos. Alguns poucos ganham com a destruição para depois ganhar, novamente, com a construção de acordo com interesses particularíssimos²⁴. Mas deixemos essa discussão para outro artigo e para a parte final deste texto, quando e onde discutiremos a lógica e a dinâmica do processo de desenvolvimento contemporâneo.

AÇÃO

Por ora observemos o processo de modernização nos países desenvolvidos, ou nos países centrais, como prefere CONCEIÇÃO TAVARES (1993).

²⁴ Basta saber as causas da quebra da economia mexicana e as dificuldades crescentes da economia argentina. Seguiram o receituário ao pé da letra, através dele foram cevadas e agora estão sendo devoradas pelo capital financeiro internacionalizado que alguns insistem em apelidar de capital especulativo, que é um capital vadio, errante que aparece sempre onde existem dificuldades financeiras nacionais, potencializando-as. Fenômeno resultante do desenvolvimento descontrolado do sistema financeiro privado internacionalizado. Vejam o exemplo do caso Barings, secular banco inglês que no início deste ano quebrou especulando.

Lá a desconstrução compreendeu uma "rápida transformação industrial e tecnológica". Essa reestruturação, liderada pelo Japão e Alemanha, dois exemplos de "capitalismo organizado"²⁵, foi fundada na cooperação orgânica, principalmente no caso japonês, entre Estado, bancos privados e grandes empresas industriais²⁶ (CONCEIÇÃO TAVARES, 1993a:55).

A modernização feita pelos países centrais e para os países centrais é um voltar para dentro²⁷, que teve dois sentidos: num primeiro momento (início dos anos 70), foi a reação ao acirramento da competição internacional, que se manifestou na queda da rentabilidade das empresas e no fim do padrão dólar.

A partir de 1972, com o fim do lastro ouro da moeda americana e a adoção das taxas flexíveis de câmbio (as cotações das moedas nacionais passaram, a partir de então, a ser dadas pelo mercado internacional), a instabilidade econômica internacional retornou ao palco, rompendo com a calma do pós-guerra.

Resultado: recessão nos países desenvolvidos, e o voltar-se para dentro transformou-se numa reestruturação geral das economias centrais. As inovações na organização do processo de trabalho e de produção, bem como no gerenciamento aceleraram-se. Essas inovações foram possibilitadas em grande medida pelo avanço na automação de base microeletrônica, cujos efeitos sobre

²⁵Já a "expressão países de 'capitalismo regulado', por sua vez, envolve um conjunto mais amplo, em que a intervenção estatal tem sido decisiva no pós-guerra, não somente no nível macroeconômico, mas também na política industrial mediante estímulos e financiamento público" (CONCEIÇÃO TAVARES, 1993a: 55).

²⁶Essas relações estruturais têm dado lugar a verdadeiras redes que permitem que as pressões recíprocas dos agentes econômicos privados e do Estado ocorram de forma ordenada, de modo a conciliar interesses, criando consensos estratégicos na política de reestruturação industrial, além de permitir a coordenação operacional da política econômica. Isso contrasta com a política liberal dos "lobbies" do tipo anglo-saxônico que funcionam mediante pressões contraditórias e competitivas, quase sempre sobre o Congresso, com exceção dos bancos privados, que exercem diretamente sobre o Banco Central" (CONCEIÇÃO TAVARES, 1993 a: 55).

²⁷O "voltar-se para dentro" intensifica-se a partir do início dos anos setenta devido à instabilidade e a crise decorrente do fim do padrão dólar, o que provoca, entre outras coisas, uma profunda transformação nas formas de cooperação. A cooperação deixa de ser uma forma de subordinação dura e passa a ser uma responsabilidade, comprometimento. Dessa forma, a cooperação torna-se bandeira para atrair e aproximar os próximos, para reunir os semelhantes e até atrair velhos adversários para se proteger, para se defender dos diferentes. Parece com neofascismo, não? Consultar a este respeito: CICCOLELLA, Pablo José. O capitalismo histórico. IN: LAVINAS, Lena e outros. Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

o mercado de trabalho são preocupantes: de um lado "verifica-se a desproletarização" do trabalho industrial; de outro lado "vivencia-se a subproletarização" via trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado. Resultado desse processo "é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global" (ANTUNES, 1995. p. 41). Por esse processo chega-se a uma maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora" (ANTUNES, 1995. p. 42)²⁸.

Por esse caminho, a reconstrução das condições de reprodução, nos países centrais, compreendeu e potencializou a capacitação produtiva, financeira, tecnológica e gerencial dos grandes conglomerados. Associados ao Estado, esses grandes grupos multisetorializaram ainda mais seus negócios e deram forma e conteúdo ao processo de modernização assentado em novas formas de cooperação (participação, parcerias, regulação e integrações) prioritariamente entre as nacionais, só secundariamente com outros agentes externos. Mesmo nesse caso, as preferências recaíam sobre organizações, instituições, nações próximas.

O segundo momento do voltar-se para dentro (final dos anos 70, 80 e 90) significou a redefinição da divisão internacional do trabalho e, principalmente, o crescimento das transações (bens, serviços, outros) entre os países desenvolvidos. Além das transações da balança comercial cresce mais que proporcionalmente o fluxo de capitais, notadamente de investimentos mais entre os países desenvolvidos, do que dos países desenvolvidos para os demais países de mundo²⁹.

É interessante observar as conseqüências provocadas nos países subdesenvolvidos. AREVALO e SAGASTI (1994. p. 236), destacados técnicos do Banco Mundial, trazem dados que não deixam dúvidas dos estragos provocados pelo processo de "modernização conservadora" no terceiro mundo. A América Latina como um todo participava em 1950 com 10,1% das importações mundiais e com 12,4% das exportações mundiais. Essa participação

²⁸Quem quiser dados sobre as transformações no mundo do trabalho consultar: MATTOSO, 1994. p. 526 e segs. Os números ali encontrados são assustadores. O desemprego cresceu significativamente no pós-setenta. Países como a Espanha saiu de 1% de taxa de desemprego em 1975 para uma taxa de 17,1% em 1989.

²⁹Ver a este respeito CONCEIÇÃO TAVARES, 1993, COUTINHO e FERRAZ, 1994. p. 69 e segs. e FISHLOW, 1994. p. 380 e segs.

cai continuamente, ao longo de 40 anos, chegando a 3,2% das importações e a 3,9% das exportações mundiais em 1990.

Reestruturadas as grandes empresas, reorganizadas as economias centrais e redirecionadas as relações econômicas internacionais, estavam dadas as novas condições de reprodução e definidos os novos padrões e parâmetros para o processo de "modernização conservadora". Como já observamos, a normalização da série ISO³⁰ e o receituário do Consenso de Washington³¹ são os exemplos mais significativos e atuais³².

Não é preciso dizer que as nações e empresas que geraram essas novas condições o fizeram de acordo com suas necessidades, possibilidades e interesses. E, por isso, asseguraram a direção do processo de inovações conformadoras da "Terceira Revolução Industrial" e a expandiram via uma nova onda de transnacionalização econômica (CONCEIÇÃO TAVARES, 1993 a e b). Patrocinada, principalmente pelo Japão, a transnacionalização desdobra-se em três outros movimentos: mundialização dos mercados, globalização produtiva e internacionalização financeira (BECKER, 1995).

Baseados em mercados internos dinâmicos, que "estimulam a busca contínua de competitividade e permitem a obtenção de economias de escala e escopo"³³ (COUTINHO e FERRAZ, 1994: 233), viabilizadoras de diferenciais

³⁰ISO significa International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização). Se quiserem ter uma primeira idéia da questão ler: HUTCHINS, Greg. São Paulo: Makron Books, 1994.

³¹ Para aqueles que quiserem ter maiores informações sobre o que representa o Receituário denominado "Consenso de Washington", sugerimos a leitura do Caderno MAIS da Folha de São Paulo, p.3, dos dias 3, 10, 17, 24 e 31 de julho e 7 e 14 de agosto de 1994, e FIORI, José Luís. Sobre o Consenso de Washington. Rio de Janeiro: IEL/UFRJ, 1995. Texto para discussão nº 324.

³²A partir desses pressupostos, pois as normas de produção e as receitas para a estabilização se transformaram em pressupostos para os demais países, é que se racionaliza o sucesso e o fracasso. Explica-se ao mesmo tempo o "sucesso" na ruralização do Chile e o fracasso na liberalização mexicana. Tudo se torna uma questão de competência, ou de incompetência. O mesmo vale em nível empresarial para o processo de reestruturação da organização e da gestão. O sucesso e o insucesso empresarial também são explicados a partir dos mesmos pressupostos e reduzem-se a uma questão de competência, ou incompetência.

³³Sobre os conceitos de economias de escala e de escopo, e mais, sobre os conceitos de economias de aglomeração, localização, regionalização consultar: HADDAD, Paulo R. Os novos pólos regionais de desenvolvimento no Brasil. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (coord). Estabilidade e crescimento: os desafios do Real. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994 e TORRES Jr. Alvar Silveira. Integração e flexibilidade: o novo paradigma nas organizações. São Paulo: Alfa Ômega, 1994. p. 87

competitivos, os grandes conglomerados e as economias centrais centradas na inovação acumularam vantagens competitivas (dinâmicas e construídas) que relativizaram as vantagens comparativas (tradicionais e naturais).

Com efeito:

"estreitou-se ainda mais a integração da economia mundial, enquanto a revolução tecnológica se difundia de forma desigual entre as principais economias avançadas. Seis outras grandes tendências devem ser destacadas: 1) a emergência do complexo eletrônico como carro-chefe do dinamismo das novas tecnologias de informação e telecomunicações, epicentro do processo de inovação nos países avançados; 2) a transformação dos métodos de produção, principalmente com a difusão de automação industrial flexível e integrada e de novas técnicas organizacionais que implicam mudanças significativas nos processos fabris, nas relações de trabalho e nos requisitos educacionais da mão-de-obra; 3) as inovações nas formas de gestão e de organização empresarial, com o avanço das formas de interligação e integração intra e interempresas (sendo inclusive estabelecidos novos padrões de relacionamento entre produtores, fornecedores e usuários, incluindo consumidores finais); 4) a forte aceleração dos investimentos diretos no exterior, conduzindo a uma crescente interpenetração patrimonial entre os grandes grupos econômicos dos países desenvolvidos; 5) o rápido crescimento do comércio internacional, em particular do comércio interindustrial (e, dentro dele, do comércio intrafirma); 6) a emergência de novas formas de concorrência entre grupos de empresas, através da proliferação de redes de cooperação, alianças tecnológicas e outras alianças competitivas, especialmente nos oligopólios mundiais, (COUTINHO e FERRAZ, 1994: 68).

Essas são as bases do novo padrão de produção e consumo em fase de

expansão e difusão mundial, processo de transformação que alguns denominaram de "modelo Japonês" e outros rotulam de "terceira revolução industrial". Mas que, independente do rótulo que se dê, são definidas de um novo padrão para o desenvolvimento regional.

LÓGICA

Já lembrava GRAMSCI, no início do século, que a crise resulta de que o velho está morrendo e o novo não consegue nascer, e que essa passagem do velho para o novo demarca um período transitório, crítico.

Podemos apresentar esquematicamente o processo atual de transformações³⁴ da seguinte forma:

QUADRO 01 - As Transformações

VELHO	CRISE	NOVO
Rígido		Flexível
Duro		Soft
Fechado		Aberto
Especializado		Pluriespecializado
.....	
.....	
.....	 ³⁵

Há uma lógica e uma dinâmica que indicam a existência de uma situação dada (a CONSTRUÇÃO), que começa a ser alterada internacionalmente pelos agentes (a DESCONSTRUÇÃO), os quais vão lhe dar uma nova forma e conteúdo (a RECONSTRUÇÃO). O processo pode ser sintetizado como no QUADRO - 02.

³⁴ Correndo o risco, sabemos de todos os prejuízos decorrentes de todo e qualquer esquema. Por isso o esquema a seguir deve ser entendido como um recurso didático.

³⁵ Os exemplos são muitos, os mais conhecidos são México e Argentina.

QUADRO 02 - A Dinâmica das Transformações

Construção do igual	Desconstrução do Igual	Reconstrução do diferente
Qualificação	Desqualificação	Requalificação
Especialização	Desespecialização	Reespecialização
Profissionalização	Desprofissionalização	Reprofissionalização
Verticalização	Desverticalização	Reverticalização
Burocratização	Desburocratização	Reburocratização
Estruturação	Desestruturação	Reestruturação
Hierarquização	Desierarquização	Reierarquização
Concentração	Desconcentração	Reconcentração
Centralização	Descentralização	Recentralização
Alienação	Desalienação	Realienação
Composição	Decomposição	Recomposição
Organização	Desorganização	Reorganização
Aglomerado	Desaglomeração	Reaglomeração
Integração	Desintegração	Reintegração
Ordenamento	Desordenamento	Reordenamento
Orientação	Desorientação	Reorientação
Regulação	Desregulação	Reregulação
Regulamentação	Desregulamentação	Reregulamentação
Normalização	Desnormalização	Renormalização
Controle	Descontrole	Recontrole
Proteção	Desproteção	Reproteção
Nacionalização	Desnacionalização	Renacionalização
Regionalização	Desregionalização	Reregionalização
Espacialização	Desespacialização	Reespacialização
.....		
.....		
.....		

Podemos continuar arrolando aspectos do processo de transformações, mas não é esse nosso objetivo. Nossa intenção é demonstrar que existe uma lógica e uma dinâmica na passagem de uma forma e conteúdo baseados em determinados pressupostos para outra forma e conteúdo baseados em outros pressupostos, e que essa passagem não só compreende os DES's (desconstrução do igual) mas também os RE's (reconstrução do diferente). Portanto, tudo que é desconstruído não é senão para ser reconstruído de acordo com outras necessidades e desejos dos agentes da transformação. Em outros termos, desconstruir o igual é flexibilizar, o que, por sua vez, possibilita reconstruir a

diferença. Isso é em parte verdade somente para os países centrais, aqueles do "capitalismo organizado", já que lá tratou-se de desconstruir, construindo; construir, desconstruindo (MORICONI, 1994, p. 14).

Já para aqueles países de "capitalismo regulado", tipo Brasil, onde o Estado teria papel decisivo, o processo de "modernização conservadora" assume a forma e o conteúdo da destruição. Nesses casos, quando se fala em desprivatizar, desestatizar, desregular, desregular, desburocratizar, desproteger está-se falando em destruição, está-se adotando estratégias destrutivas³⁶. Não é uma desconstrução para reconstruir sob novos pressupostos acordados entre os agentes, como nos países de "capitalismo organizado". É um desconstruir do igual para um neoconstruir do igual. É uma destruição para que se faça uma neoconstrução com base nos pressupostos dos países centrais. Um contra-senso aceitar a igualação, quando na verdade se deveria lutar pela diferenciação.

Igualar tem significado desindustrializar (Chile, Argentina, México). Igualar tem significado desestruturar os serviços públicos essenciais (saúde, educação, habitação, previdência, segurança, outros). Igualar tem significado destruir o Estado. Igualar tem significado desemprego e informalização do trabalho. Igualar tem significado distorções crescentes na distribuição de renda. Igualar tem significado descontrole financeiro. Enfim, igualar é igual a destruição.

Em síntese, a lógica e a dinâmica do processo geral e atual de transformações assentam-se, por um lado, na exacerbação do processo econômico e, por outro lado, na destruição do processo social. Em outras palavras, potencializa-se a reprodução do capital e limita-se a reprodução da vida. Pelo lado do processo econômico, existe uma tendência à homogeneização: igualação que destrói, o que, pelo lado do processo social, abre a possibilidade à heterogeneização: a diferenciação que constrói.

Ninguém nega que é preciso desconstruir para reconstruir sob novos pressupostos. Só que esses novos pressupostos deveriam ser acordados, consensuados entre agentes locais, regionais e/ou nacionais, e não acatados, copiados, adaptados de outras realidades cujas necessidades, possibilidades e interesses são próprios e específicos dessas outras nações e/ou regiões.

Além do mais, competitividade é diferença, é processo de diferenciação

³⁶ Os exemplos são muitos, os mais conhecidos são México e Argentina.

no econômico, social, político, cultural, tecnológico e ambiental, e não processo de igualação. Em adicional, competitividade é construção, é processo de construção de vantagens competitivas que pressupõem transformações econômicas, sociais, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais favoráveis à reprodução da vida, e não processo de destruição.

FINAIS

Sem sonhos, sem ilusões, com os pés na realidade, mas nem por isso pessimista e/ou fatalista, pois, embora dentro de limites muito claros e barreiras muito precisas, é aconselhável reconhecer que existe nas transformações atuais uma vaga possibilidade de a humanidade galgar a um patamar superior nas suas relações. Seja nas relações entre os homens, seja nas relações dos homens com a natureza, seja nas relações de poder, há a possibilidade de recuperar, mesmo que em parte, a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos, recuperar o indivíduo enquanto indivíduo, recuperar o sujeito enquanto sujeito do processo. Principalmente recuperar a energia decorrente da participação direta no processo de construção da diferença.

Levará algum tempo, ainda, para que a elite brasileira aposte nessa aventura. Antes é preciso abandonar a pele da velha elite autoritária e se submeter à prova da travessia utópica para um outro desenvolvimento, um desenvolvimento competitivo. Anterior a isso, porém, é necessário decidir e conceber a obra do desenvolvimento competitivo não mais como morada do consenso, mas como processo de proliferação de diferenças, um verdadeiro dissenso dos desejos e dos sonhos destinados a permutar-se.

A diferença habilitará cada lugar a participar do processo de modernização. Cada localidade, municipalidade, microrregião, região precisará optar por uma identidade econômica, social, política, cultural, tecnológica e ambiental pelo que será conhecida e reconhecida. Este é o momento para que outros aspectos da vida humana, além do econômico-material, possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento, pois serão, sem dúvida, possibilitadores de trocas através da diferenciação.

Já que

"A ocidentalização [desenvolvimento capitalista] tende a conferir a sua luz a tudo que toca, descobre, recobre, modifica, ilumina, as coisas, as gentes e as idéias, os espaços e os tempos, o real e o imaginário, podem

- pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do Vale do Taquari. *Estudo e Debate*. Lajeado, FATES, v. 1, n. 1, 1994.
- BECKER, Dinizar Fermiano. Desenvolvimento contemporâneo. *Estudo e Debate*. Lajeado, FATES, v. 2, n. 1: p. 1-24, 1995.
- BECKER, Dinizar Fermiano. Desenvolvimento participante-criativo: uma primeira aproximação exploratória do tema. Lajeado: FATES, 1995. Texto Discussão N°7.
- BEKERMANN, Marta. Competitividade da indústria brasileira. *Economia Política*. São Paulo: Nobel, v. 15, n. 1, jan-mar 1995.
- BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BORTOLAIA, Elizabeth. Pós-fordismo no Brasil. *Economia Política*. São Paulo: Nobel, v. 14, n.3, julho-setembro, 1994.
- BRITO, José Augusto Assunção. Crescimento e emprego: o papel da pequena empresa. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- CALANDRO, Maria Lucécia & PASSOS, Maria Cristina. Considerações sobre a reestruturação da indústria brasileira. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, v. 13, n. 1: p. 115-130, 1992.
- CANO, Wilson. *Industrialização, crise, ajuste e reestruturação*. IN: OLIVEIRA, C.A.,
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- CARVALHO, Maria Cecília M. (org.). *Construindo o saber*. Campinas, Papyrus, 1991.
- CASTRO, Nadya A. Brasil: reestruturação industrial ou japonesação de ocasião. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, CEBRAP/Brasileira de Ciências, v. 37, nov 1993.
- COMIN, Álvaro Augusto. A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil. IN: OLIVEIRA, C.A., MATTOSO, J.E.L., SIQUEIRA

- NETO, J.F., POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.
- COUTINHO, Luciano. A indústria: Competitividade sistêmica. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- COUTINHO, Luciano e FERRAZ, João Carlos. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papyrus, 1994.
- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: As grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/ UNICAMP, v. 1, n. 1: 69-87, agosto 1992.
- DÄUBLER, Wolfgang. Relações de trabalho no final do século XX. IN: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J.E.L.; SIQUEIRA NETO, J.F.; POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990 e 1993. v. 1 e 2.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ERBER, Fábio. Desenvolvimento industrial e tecnológico na década de 90: uma nova política para um novo padrão de desenvolvimento. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, v. 13, n. 1: p. 9-42, 1992.
- FERNANDES, José Augusto Coelho. A indústria: perfil e perspectivas. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- FIORI, José Luis. Globalização econômica e descentralização política. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, v. 15, n. 2, 1994.
- FIORI, José Luis. *Sobre o Consenso de Washington*. Rio de Janeiro, IEL/ UFRG, 1995. Texto para Discussão n. 324.
- FIORI, José Luis. Ajuste, transição e governabilidade: O enigma brasileiro. IN: FIORI, José Luis & TAVARES, Maria da Conceição. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FIORI, José Luis. As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. IN: FIORI, José Luis e TAVARES, Maria da Conceição. *Desajuste Global*

- e Modernização Conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993a.
- FISHLOW, Albert. Regionalização: Nova direção da economia mundial. IN: MARTINS, Luciano & VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- GENTILI, Pablo A.A. *Projecto neoconservador y crisis educativa*. Buenos Aires, América Latina, 1994.
- GENTILI, Pablo A.A. Poder econômico, ideologia y educación. Buenos Aires: FLACSO/Miño y Dávila, 1994.
- GENTILI, Pablo A.A. & SILVA, Tomás Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GIANNOTTI, José Arthur. O público e o privado. *Folha de São Paulo*. São Paulo: FOLHA DA MANHÃ, Caderno MAIS p. 6 e 7, 2 de abril 1995.
- GIANNOTTI, José Arthur. HABERMAS: Mão e contramão. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: CEBRAP/Brasileira de Ciências, v. 31, out. 1991.
- GOLDMANN, Márcio. *Razão e diferença*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- GONÇALVES, Francisco L. Salles. A evolução dos acordos e conflitos coletivos no período recente do sindicalismo brasileiro (1977-93). IN: OLIVEIRA, C.A., MATTOSO, J.E.L., SIQUEIRA NETO, J.F., POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- GUEDES, Cezar. Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas. IN: OLIVEIRA, C.A., MATTOSO, J.E.L., SIQUEIRA NETO, J.F., POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- GUIMARÃES, Ivan G. Ribeiro. A experiência das câmaras setoriais. IN: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J.E.L., SIQUEIRA NETO, J.F., POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- HADDAD, Paulo R. Os novos pólos regionais de desenvolvimento no Brasil. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANINI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

- JORGE, Marcelino José. Política industrial e abertura da economia. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.M. da F. e NABUCO, M.R.. *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- LAVINAS, Leda e outros. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- LAVINAS, Lena. Pólos regionais: condições para seu sucesso. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- LEFORT, Bernard. (org.). *Sobre o fim da história*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LEITE, Marcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. IN: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J.E.L., SIQUEIRA NETO, J.F., POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- LEITE, Maria Angela Pereira. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANFREDI, Sílvia Maria. Educação sindical no Brasil nas décadas de setenta e oitenta. IN: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J.E.L.; SIQUEIRA NETO, J.F.; POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- MATHIEU, Hans. Reestruturação industrial, organização do trabalho, capital e trabalho. IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *A construção da modernidade econômico-social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MATTOSO, Jorge E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. IN: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J.E.L.; SIQUEIRA NETO, J.F.; POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- MATTOSO, Jorge E. L., SIQUEIRA NETO, J.F., POCHMANN, M. e OLIVEIRA, M.A. (orgs.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Inovação e sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

VELLOSO, João Paulo dos Reis & MARTINS, Luciano. *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

VILLASCHI, Arlindo. O Brasil e o novo paradigma tecnológico de desenvolvimento econômico mundial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, FEE, v. 13, n. 1: p. 43-87, 1992.

WHITEHEAD, Laurence. Os liberalismos e os neoliberais. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: CEBRAP/Brasileira de Ciências, v. 40, nov. 1994.

WILKINSON, John. Mudança técnica e reestruturação da indústria agroalimentar na Europa - Uma reflexão teórico-metodológica. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, v. 12, n. 2, 1991.

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro 03 - Diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo

MODERNISMO	PÓS-MODERNISMO
romantismo/simbolismo	parafísica/dadaísmo
forma (conjuntiva, fechada)	antiforma (disjuntiva, aberta)
propósito	jogo
projeto	acaso
hierarquia	anarquia
domínio/logos	exaustão/silêncio
objeto de arte/obra acabada	processo/performance/happening
distância	participação
criação/totalização/síntese	descrição/desconstrução/antítese
presença	ausência
centração	dispersão
gênero/fronteira	texto/intertexto
semântica	retórica
paradigma	sintagma
hipotaxe	parataxe
metáfora	metonímia
seleção	combinação
raiz/profundidade	rizoma/superfície
interpretação/leitura	contra a interpretação/desleitura
significado	significante
lisible (legível)	scriptible (escrevível)
narrativa/grande histoire	antinarrativa/petite histoire
código mestre	idioleto
sintoma	desejo
tipo	mutante
genita/fálico	polimorfo/andrógino
paranóia	esquizofrenia
origem/causa	diferença-diferença/vestigio
Deus Pai	Espírito Santo
metafísica	ironia
determinação	indeterminação
transcendência	imanência

FONTES: Hassan (1985, 123-4) Apud HARVEY, 1993: 48.

ANEXO 2

Quadro 04 - A organização da negociação de salários em quatro países 1950-1975

	FRANÇA	GRÃ-BRETANHA	ITÁLIA	ALEMANHA OCIDENTAL
Sindicalização	baixa	alta, colarinho azul	variável	moderada
Organização	fraca com facciosismo político	fragmentada entre indústrias e categorias	periódica com movimentos de massa	estruturada e unificada
Padrões	divididos entre tendências e organizações	fraca organização coletiva	rivalidade setor privado, setor público	fortes e organizados
Estado	intervenções amplas e regulamentação do trabalho e dos salários através de acordos tripartites	negociação coletiva voluntária com normas fixadas pelo Estado a partir da metade dos anos 60	intervenção legislativa periódica dependente de luta de classes	papel muito fraco

FONTE: a partir de Boyer, 1986b, tabela 1. Apud HARVEY, 1993: 130.

ANEXO 3

Quadro 05 - Entre as formas de enriquecimento do trabalho mais desenvolvidas nos GSA de oficinas com trabalho manual (montagem etc.) e nas unidades automatizadas

GSA	UNIDADES AUTOMATIZADAS*
- Manutenção alimentação - Controle padrões técnicos - Reparação de 1º nível substituição de peças simples - Organização do trabalho escolha da ordem e da hora de movimentação das máquinas - Sequência de produção estabelecimento de gráficos de produção - Formação alguns dias ou semanas	implementação controle de qualidade (100%) - Diagnóstico, reparação de 2º nível modificação de programas coordenação gestão completa da produção, logística, animação do grupo vários meses de formação politécnica

*Formas mais desenvolvidas de enriquecimento do trabalho

FONTE: LOJKINE, 1995: 103.

ANEXO 4

Quadro 06 - Diferentes formas de processo de trabalho e de organização da produção

TIPO DE PRODUÇÃO	FORMA	BASE DE EXPLORAÇÃO	POLÍTICA DE PRODUÇÃO
Autônoma	consultores, artesãos e setor informal	troca de bens e serviços	individualista e regida pelo mercado, antimonopólio ou regulamentação estatal
Cooperativa	coletivos e cooperativas	acordos internos, intercâmbio externo	negociação
Patriarcal	pequenas firmas familiares (exploradoras)	parentesco baseado em idade e sexo	paroquial
Paternalismo comunitário	grandes firmas domésticas (trabalho duro)	comunidade baseada em normas, em costumes e na força	aparência e status
Paternalismo burocrático	sistemas corporativos e de gerência estatal	racionalidade, lealdade e antiguidade calculadas	possibilidade de ascensão funcional e competição dentro das organizações
Patrimonial	impérios hierarquicamente organizados na produção, no comércio ou nas finanças	relações de poder e troca de favores (privilegio tradicional)	barganhas, ganhos mútuos e lutas dinásticas
Proletária	empresa capitalista e sistema de fábricas	compra e venda de força de trabalho e controle sobre o processo de trabalho e os meios de produção	competição no mercado, ação coletiva, negociação e luta de classes

FONTE: A partir de Deyo, 1987. Apud HARVEY, 1993: 147.

ANEXO 5

Quadro 07 - Contraste entre o capitalismo organizado e o capitalismo desorganizado segundo Lash e Urry

Capitalismo Organizado	Capitalismo desorganizado
Concentração e centralização do capital industrial, bancário e comercial em mercados nacionais	desconcentração do poder corporativo em rápido crescimento com relação aos mercados nacionais. Crescente internacionalização do capital e, em alguns casos, separação entre capital industrial e capital bancário
crecente separação entre propriedade e controle, e emergência de complexas hierarquias gerenciais	continua expansão de estratos gerenciais que articulam suas próprias pautas políticas e individuais, bem distintas da política de classe
desenvolvimento de novos setores <i>deintelligentsia</i> gerencial, científica e tecnológica e de burocracia de classe média	declínio relativo/absoluto da classe trabalhadora
desenvolvimento de organizações coletivas e da negociação em regiões e nações - Estado	declínio da eficácia da negociação coletiva nacional
estreita articulação entre os interesses do Estado e os do capital dos grandes monopólios e aumento do Estado do bem-estar social de base classista	crecente independência dos grandes monopólios com relação aos regulamentos estatais e desafios diversificados ao poder e à burocracia estatais centralizados
expansão de impérios econômicos e controle da produção e de mercados no exterior	industrialização de países do Terceiro Mundo e desindustrialização de países centrais, que se voltam para a especialização em serviços
incorporação de diversos interesses de classe numa pauta nacional estabelecida por intermédio de compromissos negociados e regulamentos burocráticos	forte declínio de políticas e instituições de base classista
hegemonia da racionalidade técnico-científica	fragmentação cultural e pluralismo aliados ao solapamento das identidades tradicionais nacionais ou de classes
concentração de relações capitalistas no âmbito de um número relativamente pequeno de indústrias e regiões	dispersão de relações capitalistas em muitos setores e regiões
indústrias extrativo-manufatureiras como fontes dominantes de emprego	declínio das indústrias extrativo-manufatureiras e ascensão das indústrias de serviços e organizacionais
forte concentração e especialização regionais em setores extrativo-manufatureiros	dispersão, diversificação da divisão territorial-espacial do trabalho
busca de economias de escala através do aumento da dimensão da fábrica (força de trabalho)	declínio da dimensão da fábrica propiciado pela dispersão geográfica, pelo aumento da subcontratação e por sistemas de produção global
desenvolvimento de grandes cidades industriais dominando regiões através do fornecimento de serviços centralizados (comerciais e financeiros)	declínio das cidades industriais e desconcentração - dos centros urbanos para áreas periféricas ou semi-rurais, criando agudos problemas nos pontos adjacentes ao centro das cidades
configuração cultural-ideológica do "modernismo"	configurações culturais-ideológicas do "pós-modernismo"

FONTE: a partir de Lash e Urry (1987). Apud HARVEY, 1993: 165-166

ANEXO 6

Quadro 08 - Modernidade fordista versus pós-modernidade flexível, ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo

MODERNIDADE FORDISTA	PÓS-MODERNIDADE FLEXÍVEL
economias de escala/código mestre/hierarquia/homogeneidade/divisão detalhada do trabalho	economias de escopo/ idioleto/ anarquia diversidade/divisão social do trabalho
paranóia/alienação/sintoma/habitação pública/capital monopolista	esquizofrenia/desconcentração/desejo desabrigados empreendimentos
propósito/projeto/domínio/determinação capital produtivo/ universalismo	jogo/acaso/exaustão/indeterminação capital fictício/ localismo
poder de Estado/sindicatos Estado do bem-estar social/metrópole	poder financeiro/individualismo neoconservadorismo/contra-urbanização
ética/mercadoria-dinheiro Deus Pai/materialidade	estética/dinheiro contábil O Espírito Santo/imaterialidade
produção/originalidade/autoridade operário/Vanguardismo política de grupo de interesse/semântica	reprodução/pastiche/ecletismo administrador/comercialismo política carismática/retórica
centralização/totalização síntese/negociação coletiva	descentralização/desconstrução antítese/contratos locais
administração operacional/ código mestre fálico/tarefa única/origem	administração estratégica/ idioleto andrógino/tarefas múltiplas/vestigio
metateoria/narrativa/profundidade produção em massa/política de classe racionalidade técnico-científica	jogo de linguagem/imagem/ superfície produção em pequenos lotes/social movimentos/ alteridade pluralista
utopia/arte redentora/concentração trabalho especializado/consumo coletivo	heterotopias/espetáculo/dispersão trabalhador flexível/capital simbólico
função/representação/significado industrial/ética protestante do trabalho reprodução mecânica	ficção/auto-referência/significante serviços/contrato temporário reprodução eletrônica
ser/ser/epistemologia/regulação renovação urbana/espaco relativo	ser/ontologia/desregulação revitalização urbana/lugar
intervencionismo estatal/industrialização internacionalismo/permanência/tempo	laissez-faire/ desindustrialização geopolítica/efemeridade/espaco

FONTE: HARVEY, 1993: 304.

ANEXO 7

Quadro 09 - Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível segundo Swyngedouw

Produção fordista (baseada em economias de escala)	Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)
A. O PROCESSO DE PRODUÇÃO	
produção em massa de bens homogêneos	produção em pequenos lotes
uniformidade e padronização	produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto
grandes estoques e inventários	sem estoques
testes de qualidade ex-post (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
produtos defeituosos ficam ocultos nos estoques	rejeição imediata de peças com defeito
perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques etc.	redução do tempo perdido, reduzindo-se "a porosidade do dia de trabalho"
voltada para os recursos	voltada para a demanda
integração vertical e (em alguns casos) horizontal	integração (quase-) vertical, subcontratação
redução de custos através do controle dos salários	aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo
B. TRABALHO	
realização de uma única tarefa pelo trabalhador	múltiplas tarefas
pagamento pro rata (baseado em critérios da definição do emprego)	pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
alto grau de especificação de tarefas	eliminação da demarcação de tarefas
pouco ou nenhum treinamento no trabalho	longo treinamento no trabalho
organização vertical do trabalho	organização mais horizontal do trabalho
nenhuma experiência de aprendizagem	aprendizagem no trabalho
ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
nenhuma segurança no trabalho	grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários
Produção fordista (baseada em economias de escala)	Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)

C. ESPAÇO	
especialização espacial funcional (centralização/descentralização)	agregação e aglomeração espaciais
divisão espacial do trabalho	integração espacial
homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados)	diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)
distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes	proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas
D. ESTADO	
regulamentação	desregulamentação/re-regulamentação
rigidez	flexibilidade
negociação coletiva	divisão/individualização, negociação local ou por empresa
socialização do bem-estar social (o Estado do bem-estar social)	privatização das necessidades coletivas e da seguridade social
estabilidade internacional através de acordos multilaterais	desestabilização internacional; crescentes tensões geopolíticas
centralização	descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana
o Estado/cidade "subsidiador"	o Estado/cidade "empreendedor"
intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços	intervenção estatal direta em mercados através de aquisição
políticas regionais nacionais	políticas regionais "territoriais" (na forma de uma terceira parte)
pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado
inovação liderada pela indústria	inovação liderada pelo Estado
E. IDEOLOGIA	
consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo	consumo individualizado: cultura "Yuppie"
modernismo	pós-modernismo
totalidade/reforma estrutural	especificidade/adaptação
socialização	individualização; a sociedade do "espetáculo"

FORTE: Swyngedouw (1986). Apud HARVEY, 1993: 167-169.

ANEXO 8

Quadro 10 - Quadro sinótico do campo multidimensional em que se desloca o mito com suas duas formas "invertidas"

Taylorismo Fordismo (TF)	Mito (M)	Niponismo (N)
TF1: parcelarização de tarefas	M1: divisão do trabalho horizontal	N1: polivalência
TF2: divisão	M2: divisão do trabalho vertical	N2: polifuncionalidade
TF3: razão volume crescente/ produto para um mesmo efetivo	M3: economia de trabalho vivo	N3: razão diminuição de efetivos para uma mesma quantidade
TF4: controle pelo alto e pelo tempo imposto (a cadeia "fordista")	M4: controle social "o mito comum do Panóptico" (Bentham, Foucault)	N4: "direção sob os olhos" (Ohno) e autocontrole do anterior pelo posterior
TF5: regulação pela oferta de massa (do produto e dos salários)	M5: Tipo de regulação econômica: relação oferta/demanda	N5: regulação pela demanda diversificada
TF6: direção autoritária (estatismo e burocracia). Convenções coletivas, Estado-providência	M6: tipo de regulação sócio-política	N6: "negociações contratuais descentralizadas" entre "atores autônomos". Democracia salarial
Resumo de TF = "rigidez"		Resumo de N = "flexibilidade"

M(M1 a M6): diferentes dimensões do mito mobilizador com seus elementos comuns às duas formas invertidas (TF e N).

FONTE: LOJKINE, 1995:32

ANEXO 9

Quadro 11 - O novo capitalismo segundo Hala

	O antigo capitalismo (Paradigma industrial)	O novo capitalismo (Paradigma pós-industrial)
Fronteira de progresso	crescimento difícil	crescimento esperto
Organização	estrutura mecânica	redes de mercado
Processo de decisão	comando autoritário	liderança participativa
Valores institucionais	alvos financeiros	alvos múltiplos
Foco gerencial	gerência operacional	gerência estratégica
Macrossistema econômico	grande negócios centrado no lucro	livre empresa democrática
Sistema mundial	capitalismo versus socialismo	híbridos do capitalismo e do socialismo

FONTE: Hala, 1986, Apud HARVEY, 1993: 164.

REDES, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p. 9-55, jul.1996

ANEXO 10

Quadro 12

Revolução Industrial	Revolução Francesa
FPM 1 Máquina operatriz Máquina-ferramenta Objetivação da mão Substituição do homem pela máquina Objeto de trabalho: ferro + carvão	Máquina-auto-regulada Objetivação de funções cerebrais abstratas (direção- regulação da máquina) Máquina-prótese Silício, supercondutores
FPM 2 Sistemas de máquinas automáticas especializadas Continuidade, rigidez, standardização Princípio mecânico	Sistema flexível, auto-regulado, de máquinas polifuncionais Princípio orgânico
FPM 3 Meios de circulação, materiais centralizados e segregados	Meios de circulação, materiais e interativos (telemática em rede)
FPH 1 Vigilância inespecífica, homem apêndice da máquina	Otimização, polivalência vertical (concepção + produção)
FPH 2 Divisão trabalhadores produtivos/improdutivos (monopolizando a concepção) Oposição ciência/produção	Interpretação trabalhadores produtivos/improdutivos, mesclagem e gradação de funções produtivas/improdutivas Inter-relações ciência/ produção
FPH 3 Domínio das atividades industriais Papel dinâmico da indústria metalúrgica Divisão proletariado industrial/empregados dos serviços Segregação urbana	Cooperação serviços-industriais Papel dinâmico da metatrônica Cooperação professores/ pesquisadores/assalariados da indústria Integração urbana de funções em rede
FPM: Forças produtivas materiais;	FPH: Forças produtivas humanas.

FONTE: LOJKINE, 1995: 79.

REDES, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p. 9-55, jul.1996

ANEXO 11

Quadro 13 - Quadro sintético de modalidades da organização da relação salarial de países avançados no pós-guerra

	Alemanha	EUA	França
Organização sindical	<ul style="list-style-type: none"> . Forte unidade, org. e estrutura nacional. Sind. nacionais por setor industrial. Central sindical mais importante: DGB. . Alta taxa de sindicalização. (1970:38%) . 90% dos trab. são amparados por contratos coletivos. . Org no local de trabalho (OLT) garantida por lei, representação nos Conselhos de Administração das empresas 	<ul style="list-style-type: none"> . Sindicatos corporativos e até recentemente sob efeito da guerra fria, org. média, por fábrica. Central sindical preponderante: AFL-CIO. . Taxa de sind. média (1970 30%) . Apenas 30% dos trabalhadores encontram-se sob contratos coletivos. . OLT subordinada às definições no contrato coletivo. 	<ul style="list-style-type: none"> . Organização historicamente fraca, com concorrência entre sindicatos e centrais rivais. As mais importantes são: OGT e CFDT. . Taxa de sindicalização baixa (1970: 22%) . 45% dos trabalhadores por contratos coletivos. . OLT nos setores fordistas tradicionais.
Organização patronal	<ul style="list-style-type: none"> . Forte, organiz. nacionalmente e dispo de poder e alta capacidade de representação e adesão. . Cinco tipos de organizações, com variadas funções (estratégicas, negociação, regulação, formação): nacionais monopólicas, horizontais, setoriais, de lobby e regionais agregadas. 	<ul style="list-style-type: none"> . Pouco organiz. nacionalmente, dedicando-se basicamente ao lobby, tem baixa capacidade de representação e adesão. . Não participa das negociações coletivas, org. por setor, subsector e tipo de produto. . Sem entidade congregadora. 	<ul style="list-style-type: none"> . Estrutura relativamente pequena e sem grandes poderes. . Dividido em tendências e organismos distintos.
Organização do Estado	<ul style="list-style-type: none"> . Não participa das relações contratuais entre patrões e trabalhadores. . É parceiro em acordos sociais tripartites para políticas de longo prazo. . Estado forte, atuante, regulador: define regras do jogo, garante a organização e reconhece representação. 	<ul style="list-style-type: none"> . Intervio na formação e org. sindical: Wagner e Taft-Hartley Acts. . Garante padrões mínimos de salário e condições de trabalho, mas não participa em acordos tripartites. . Regulador indireto e fraco. 	<ul style="list-style-type: none"> . Estado presente, quase todos acordos nacionais são tripartites. . Historicamente impulsionador de mudanças, pela lei ou regulamentos públicos.
Contrato coletivo de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> . Possível em todos os níveis. Prepondera a contratação por região, por ramo de atividade e/ou categoria. . Contrato coletivo nacional regula contratos por setor. 	<ul style="list-style-type: none"> . Basicamente por empresa, quando existente. . Preponderante nos chamados setores fordistas. Nos outros o determinante ainda são os contratos individuais. 	<ul style="list-style-type: none"> . Dominância dos acordos setoriais ou intersetoriais nacionais, com poucas negociações por empresa. . Lei tem função central.

	Alemanha	EUA	França
Formação dos salários	<ul style="list-style-type: none"> . Produtividade considerada implicitamente em escala nacional. . Proibição de quaisquer formas de indexação aos preços. . Na prática: negociações <i>ex-post</i> não-implícitas. . Consideradas as condições gerais do mercado de trabalho na conjuntura. 	<ul style="list-style-type: none"> . Cláusulas explícitas de indexação, sobretudo nos contratos mais longos. . Condições de mercado de trabalho são consideradas na avaliação da empresa. . Mínimos definidos pelo Estado 	<ul style="list-style-type: none"> . Governo reconhece o princípio da divisão dos dividendos do progresso, com políticas de sal. mínimo (SMIC) e salariais do setor público em consonância. . Indexação ilegal, mas cada vez mais praticada desde os anos 60.
Definição políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> . Organizações de trabalhadores e de empresários colaboram com Estado nas políticas econômicas e sociais estratégicas (políticas sociais, industriais e de formação profissional). 	<ul style="list-style-type: none"> . Estado intervém relativamente menos nas políticas setoriais, estratégicas e públicas, com preponderância nas políticas sociais (ed. e saúde) e na industrial (via gastos militares) . Participação de trabalhadores e empresários através de lobbies. 	<ul style="list-style-type: none"> . Estado define políticas públicas com consultas aos setores envolvidos.
Seguridade Social	<ul style="list-style-type: none"> . Extensão geral, com nível de prestação de serviços acima da média da CEE, exceto no Seguro-Desemprego. . Financiamento sobretudo dos empregadores, com participação menor de segurados e contribuição pública. 	<ul style="list-style-type: none"> . Extensão parcial e fraco nível de prestação de serviços. . O financiamento é realizado através de contribuições de empregados e empregadores. 	<ul style="list-style-type: none"> . Extensão crescente, com prestação de serviços dentro da média da CEE. . Financiamento realizado preponderantemente através de contribuições de empregadores, com part. menor de segurados e do Estado

FONTE: BOYER, 1986, p. 22-23; Japan Institute of Labor 1986 e 1992; LEITE E SILVA, 1991; OIT, 1975 e 1986; MATHIEU, e WACHENDORFER, 1992. APUD MATTOSO, 1995. P. 40-1

ANEXO 12

Quadro 14 - Quadro sintético de modalidades da organização da relação salarial de países avançados no pós-guerra

	Itália	Japão	Suécia
Organização sindical	<ul style="list-style-type: none"> . Sindicatos profissionais e industriais dependendo do ramo e várias centrais ideológicas: principais são CISL e CGIL. . Períodos de maior unidade e força alternados com outros de maior divisão e declínio. . Alta taxa de sindicalização (1970:41%) . OLTs garantidas por lei, eleições diretas e acesso às informações das empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> . Fraca org. nacional, org. por empresa nas grandes empresas. Nas peq. e médias a contratação é basicamente individual. . Centrais sindicais são preponderantes no serviço público. . Espírito cooperativo e sob efeito da guerra-fria. . Taxa de sindicalização média/alta (1970:30%), mas apenas 25% dos trab. sob a contratação coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> . Historicamente forte org. sindical nacional e com intensa solidariedade social, Central de trabalhadores desde 1899 (L.O.) . Elevadíssima taxa de sindicalização (1970:74%) . OLT extensa e com acesso às informações das empresas. . Mais de 90% dos trabalhadores são amparados pela contratação coletiva.
Organização patronal	<ul style="list-style-type: none"> . Organização forte, mas com freqüente oposição entre <i>holdings</i> públicas e empresas particulares. . Participam em acordos sociais tripartites. 	<ul style="list-style-type: none"> . Organizado nacionalmente, forte e em permanente negociação com o governo. . Predominância das organizações por complexos setoriais e horizontais. . Alta capacidade de representação e de assegurar adesão de seus membros. 	<ul style="list-style-type: none"> . Organização nacional forte e com longa tradição em negociação diretas com os trabalhadores.
Organização do Estado	<ul style="list-style-type: none"> . Estado com autonomia restrita e interpenetração clientelista com interesse particulares, mas regulador e ativo em respostas às lutas operárias. . Alta incidência de acordos tripartites nacionais e setoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> . Estado forte e atuante, em cooperação estreita com as orgs. patronais nas estratégias setoriais e macroeconômicas. . Interfere ativamente na organização industrial e na articulação dos interesses industriais e financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> . Estado forte na definição pactuada de políticas setoriais estratégicas e sociais (<i>Welfare State</i>). . Predomínio das negociações coletivas sem participação do Estado.
Contrato coletivo de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> . Possível em todos os níveis com predominância por ramo de atividade/categoria. Inicialmente profundamente centralizada e após anos 60 negociação articulada. 	<ul style="list-style-type: none"> . Contratação coletiva só por empresa, ainda que o nível salarial das grandes empresas seja negociado no <i>shunto</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> . Primeiro acordo entre a central dos trabalhadores (L.O.) e a confederação empresarial (SAF) é de 1938. Caráter centralizado e nac.; quando por setor, sempre a partir de acordos nacionais vigentes.

Formação dos salários	<ul style="list-style-type: none"> . Produtividade não reconhecida explicitamente . Indexação generalizada e complexidade das cláusulas de indexação. . Mercados de trabalho sensível nos períodos de acentuado crescimento econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> . Produtiv. crescentemente reconhecida explicitamente nos contratos coletivos. Não há cláusulas de indexação. . Contrato coletivo nas grandes empresas leva em conta (implicitamente) a garantia no emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> . Princípio geral de divisão dos incrementos de produtividade. . Sem cláusulas de indexação, sendo corriqueiras, no entanto, negociações <i>ex-post</i>.
Definição políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> . Políticas macro-econômicas e sociais são negociadas nacionalmente em forma tripartite. 	<ul style="list-style-type: none"> . Políticas macro-econômicas e setoriais definidas pelo Estado (relativamente autônomo) em consultas às representações patronais 	<ul style="list-style-type: none"> . Acordos tripartites ou via parlamento para definição de políticas públicas setoriais ou estratégicas.
Seguridade social	<ul style="list-style-type: none"> . Extensão inicialmente fraca e retardatária. . Nível de prestação de serviços inferior à média da CEE. . Financiamento realizado essencialmente através de contribuições patronais e Estado e secundariamente dos segurados. 	<ul style="list-style-type: none"> . Extensão parcial e fraca, com forte participação das empresas. . Nível de prestação muito variado, dependendo da empresa. . Financiamento basicamente através de contribuições empresariais. 	<ul style="list-style-type: none"> . Extensão completa e precoce (desde os anos 30). . Elevado nível de prestação de serviços. . Financiado em 70% com recursos fiscais, no regime geral e com contr. exclusiva do empregador, no reg. complementar.

FONTE: BOYER, 1986, p.22-23; Japan Institute of Labor 1986 e 1992; LEITE e SILVA, 1991; OIT 1975 e 1986; MATHIEU e WACHENDORFER, 1992. Apus MATTOSO, 1995, p. 42-3.